

**AS DIFERENTES REALIZAÇÕES DO S IMPLOSIVO
E DA VIBRANTE
REFLEXOS DE FATORES HISTÓRICO, SOCIAIS
E DEMOGRÁFICOS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

Ângela Marina Bravin dos Santos (FAMA)

Cariocas têm sotaque (Adriana Calcanhoto)

INTRODUÇÃO

A Sociolinguística postula que a variação é inerente às línguas e que a heterogeneidade faz parte de todo sistema linguístico. As diferentes realizações de formas linguísticas são influenciadas por fatores tais como ambiente fonético, contexto sintático e características sociodemográficas, que, no âmbito dessa teoria, ganham a mesma amplitude dos demais fatores. Assim, estudar a estrutura e evolução de uma determinada língua fora do contexto social seria desconsiderar dados fundamentais em sua descrição. No caso específico do português falado no Rio de Janeiro, aspectos sócio-históricos e demográficos da metrópole são extremamente importantes para a caracterização do “linguajar carioca”, que, tal qual a cidade, é heterogêneo e polarizado (Callou e Avelar, 2002), refletindo a natureza da colonização e dos contatos linguísticos estabelecidos no Brasil.

No que tange às formas linguísticas, Callou e Marques (1975) e Callou (1987) desenvolveram pesquisas que buscaram investigar aspectos da linguagem carioca, levando em conta a área geográfica de residência do informante. Trata-se do estudo do S implosivo e da vibrante na fala culta do Rio de Janeiro, respectivamente. Embora já houvesse evidências de que a configuração linguística atual da cidade maravilhosa seja resquício do passado, conforme se observa na conclusão a que Callou chega “A mudança da norma de pronúncia do /R/ se insere no espaço multidimensional por sua vez histórico, social e linguístico.” (Callou, 1987: 144), as investigações não se desenvolveram no sentido de se estabelecerem correlações entre o Rio antigo e o Rio contemporâneo. Mas essa tarefa é muito sedutora para não ser cumprida. “Cumpramo-la”, tomando por base os dados das

DEPARTAMENTO DE LETRAS

pesquisas citadas referentes à variável área geográfica de residência e as informações acerca dos aspectos sócio-históricos e demográficos do Rio de Janeiro.

DA NATUREZA DA COLONIZAÇÃO E DOS CONTATOS LINGÜÍSTICOS

A língua portuguesa aporta no Brasil junto a uma concepção escravista de colonização que degradava as relações humanas (Faria, 1998) e impunha o estabelecimento de dois mundos distintos: o dos senhores e o dos escravos. Divisão que marca a sociedade brasileira e, por consequência, o português carioca.

No início, entretanto, não era bem assim. Os habitantes nativos resistiram ao contato com o branco. Apesar da resistência, os portugueses tinham por objetivo dominá-los e, para tanto, buscam aprender os idiomas das tribos. Estima-se que, à época do descobrimento, havia mais de mil línguas indígenas no Brasil, de diversos troncos, dentre os quais se destaca o tupi (Mattos e Silva, 2001). Coube aos Jesuítas a tarefa de aprender as línguas indígenas, cujas estruturas eram semelhantes.

Embora os índios tenham “emprestado” suas línguas ao branco, foram dizimados ou esquecidos no interior do país. Na década de 1590-1600, no litoral da Bahia e Pernambuco, já se substituía a mão escrava indígena pela africana (Silva Neto, 1986), iniciando-se, portanto, a colonização de caráter escravista propriamente dita. A distribuição dos escravos não se deu de maneira uniforme. No litoral, onde predominou a exportação, a presença da mão negra superava a do interior. Além disso, diferenciava-se de acordo com o tipo de produção: “maior nos engenhos e sítios de cana e menor nas unidades com gados e alimentos” (Faria, 1998: 294).

No século XIX, o número de negros e mestiços, entre escravos e livres, chega a 3 milhões e 993 mil (Costa, 1998), ainda distribuídos de maneira irregular, tal como no início da colonização. As regiões de maior concentração eram as de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro, principais centros da economia brasileira. Durante três séculos de vida colonial, os africanos e seus descendentes viveram sob o jugo do sistema escravista. Submetidos à rela-

ção senhor/escravos, os negros passaram por um processo de aculturação que determinou, entre outras coisas, o abandono das línguas nativas e a opção pelo português, mas já diversificado, distante da língua do branco.

Além das línguas indígenas e das africanas, havia o português europeu. A língua portuguesa chega à colônia sob o signo da diversidade, uma vez que os colonizadores portugueses trouxeram as diferenças dialetais e geográficas de origem. Além disso, não se pode esquecer que para cá vieram muitas pessoas analfabetas e poucas letradas (Mattos e Silva, 2001), distinção fundamental para entendermos o caráter polarizado do atual português carioca.

A POLARIZAÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Se vieram para cá analfabetos e letrados, pressupõe-se que já se delineava um quadro sociolingüístico em que duas gramáticas, se assim podemos dizer, entravam em competição (Mattos e Silva, 1998, *apud* Castilho, 2001): a do português europeu considerado culto, veiculado por padres e trabalhadores da administração, e a do português europeu falado, difundido pela massa de analfabetos. Acrescentando-se o fato de que na colônia já se encontrava um montante expressivo de indivíduos não-brancos e, igualmente, desconhecidos da escrita da língua portuguesa, tem-se uma situação perfeita para o início da polarização sociolingüística do português brasileiro.

Durante quase dois séculos e meio, o latim e a língua geral dos índios eram as línguas ensinadas no Brasil. O português tornou-se oficial apenas em meados do século XVIII, a partir de medidas tomadas pelo Diretório de 3 de maio de 1757. Tais medidas inscrevem-se na Reforma Pombalina, que, segundo Celso Cunha, “tornou violentamente obrigatório o ensino elementar da língua portuguesa, destruindo línguas e culturas indígenas” (1985: 80).

Ao que parece, o ensino do português não foi tão violentamente obrigatório, uma vez que ficava à margem da instrução escolar a “multidão de ilegítimos da capitania”, a quem Dom João V queria que os mestres ensinassem as primeiras letras (Callou, Barbosa e Lopes, no prelo). Na verdade, o desejo do Rei era mais uma medida “para inglês ver”: o ensino da língua portuguesa atingiu somente

DEPARTAMENTO DE LETRAS

“um percentual mínimo de homens brancos e pardos socialmente aceitos” (Callou, Barbosa e Lopes, no prelo).

Não resta dúvida de que a política Pombalina teve papel fundamental na formação de uma norma brasileira. Afinal, foi graças a sua intervenção que o ensino do português se tornou oficial. Mas outro fato marcante também contribuiu para o avanço dos estudos da língua: a vinda da Corte para o Brasil, o que determinou a criação, principalmente no Rio de Janeiro, de diferentes instituições públicas ou semipúblicas em que se estudava a língua portuguesa, ainda que assistematicamente.

Engana-se, porém, quem imagina que a vitória do português na colônia esteja intimamente ligada às medidas pombalinas e às mudanças sociais provocadas pela chegada da família real. Barbosa (*apud* Callou, Barbosa e Lopes, no prelo) sustenta a hipótese de que a sobreposição da língua portuguesa sobre as indígenas e africanas deve-se a fatores demográficos, à aculturação e genocídio dos índios e negros. A política de Pombal só fez aumentar a distância entre dominados e dominadores, já que ofereceu aos primeiros uma outra opção lingüística: a língua do senhor, junto com a qual vinha a possibilidade de ascensão social. Em consequência, a minoria branca torna-se referencial lingüístico para povos que se aculturavam sob o sistema escravista. É nesse panorama sociolingüístico que o português carioca evolui.

ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS E DEMOGRÁFICOS DO RIO DE JANEIRO

No início da colonização, o espaço geográfico do Rio de Janeiro tinha como limite os Morros do Castelo, São Bento e Santo Antônio da Conceição. Restringia-se, portanto, à área que hoje corresponde ao Centro da cidade. Habitavam a região mais escravos, em torno de 23 mil, que trabalhadores livres, 20 mil, aproximadamente. Os representantes da elite ainda eram em número reduzido (Callou e Avelar, 2001). Deduz-se que o Rio de Janeiro e o português falado nessa cidade começaram a se desenvolver em meio à diversidade: de um lado, os escravos, em grande maioria; de outro, os portugueses.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Até o início do século XIX, esse quadro social não se altera, talvez porque a América portuguesa ainda fosse pouco atrativa (Venâncio, 2000). Em 1808, a vinda da Família Real para o Rio de Janeiro desencadeia uma série de mudanças exigidas pela necessidade de se abrigar, em uma cidade ainda pequena, uma Corte “orgulhosa de seu estatuto de única representante do ‘sistema europeu’ da monarquia” (Alencastro, 1997: 24). Estima-se que 15 mil portugueses aqui aportaram (Callou e Avelar, 2002). Eram integrantes da classe dirigente. No início, concentraram-se nas freguesias da Candelária e de São José, espaço que hoje faz parte do Centro (Rua dos Inválidos, Rua do Lavradio, Rua do Resende), Glória e Catete. Nas freguesias de Santa Rita e Santana, atuais Saúde, Santo Cristo e Gamboa, fixaram moradia pessoas de baixa renda, entre escravos de ganho e trabalhadores livres. Temos, pois, no início do século XIX, uma dinâmica de contatos e contrastes sociais que, certamente, como se verá mais adiante, teve efeito na fala do carioca, na área hoje considerada Centro do Rio de Janeiro.

Se levarmos em conta o fato de que chegaram mais africanos e pessoas oriundas do interior da Província do Rio de Janeiro e das Minas Gerais, o quadro sociolinguístico das áreas centrais do Rio ganha outra configuração. Há um outro componente a tomar parte da malha social: os indivíduos de outras regiões do país, o que leva Callou e Avelar a aventarem, cuidadosamente, a hipótese de que não existam indícios suficientes para pressupormos que a imigração portuguesa “tenha sido a base para a composição de características que teriam permitido diferenciar o falar carioca de outros falares brasileiros.” (2002: 104).

Era necessária a expansão da cidade em diferentes direções. Do lado que hoje está situada a Zona Norte, emerge como freguesia urbana São Cristóvão, para onde vai não só a Família Real, mas pessoas da classe mais favorecida. Em direção à atual Zona Sul, surgem as freguesias da Glória, Catete e Botafogo, que passam a ser procuradas pelas classes dirigentes com poder de mobilidade social. Além disso, como os membros da elite sabiam ler e escrever, levam para tais regiões o português adquirido via letramento. Assim, à medida que as relações sócio-econômicas se intensificavam nas freguesias já existentes, a classe mais abastada procurava novas localidades. As chácaras são retalhadas para dar lugar a moradias. Em consequência,

DEPARTAMENTO DE LETRAS

surtem outras freguesias tanto em direção à orla marítima, cita-se a Gávea, quanto em direção ao espaço ocupado atualmente pelos bairros da Zona Norte, como Engenho Velho.

Enquanto a elite se mobilizava geograficamente, os indivíduos de classe menos favorecida permaneciam no Centro do Rio. No início da segunda metade do século XIX, o número de pessoas de classe baixa aumenta, já que para cá vieram imigrantes portugueses de origem pobre, no período denominado por Venâncio (2000) de etapa de imigração de *massa*. Segundo Trindade e Caiero (*apud* Callou e Avelar, 2002), uma das imagens dos portugueses dessa segunda leva de imigrantes era de homem pobre, inculto e oportunista. Assim sendo, pressupõe-se que trouxeram para o Rio de Janeiro uma variedade do português europeu não considerada padrão. Resta saber onde esses indivíduos se concentraram na cidade.

Conforme já referido em Callou e Avelar (2002), de acordo com os censos de 1872 e 1890, grande parte dos novos portugueses opta pelas freguesias mais centrais: Candelária: 45%, São José: 25% e Sant'Anna: 20%; a minoria espalha-se pelas freguesias rurais, que, a essa época, já eram beneficiadas pelas ferrovias, o que propiciou a mobilidade das classes menos favorecidas para essas áreas. Nas duas últimas décadas do séc. XIX, ao longo da estrada de ferro, já se definiam os principais bairros da atual região suburbana do Rio de Janeiro, dos quais se destaca Madureira. As freguesias mais distantes do centro, como Guaratiba, Campo Grande e Jacarepaguá, além de manterem suas características rurais, abriga um número reduzidíssimo de portugueses: 1%, 2% e 4%, respectivamente. Assim, diante da diversidade dos aspectos que entremeiam, historicamente, o falar carioca, forçoso seria considerar a nossa fala livre das influências do passado. Olhemos para os fatos lingüísticos.

O S IMPLOSIVO E A VIBRANTE:
INFLUÊNCIAS DO PASSADO NA FALA DO CARIOCA

Callou (2002) supõe que o caráter diferenciado da mobilidade espacial e populacional no Rio de Janeiro seja um dos fatores responsáveis pelas diferenças lingüísticas que, atualmente, existem na fala de moradores das Zonas Norte, Sul e Suburbana. Tal suposição não surgiu ao acaso. Pesquisas sociolingüísticas desenvolvidas anteriormente pela autora já sinalizavam a hipótese. Retomemos, primeiramente, os dados referentes ao trabalho, em parceria com Maria Helena Marques, acerca do S implosivo, que, segundo as autoras, “é um aspecto da linguagem carioca que sempre interessou aos estudiosos do nosso idioma” (Callou e Marques, 1975: 9) e que, supõe-se, tenha vindo com a Família Real para o Rio de Janeiro.

Um dos objetivos da pesquisa foi o de verificar como se realiza o arquifonema /S/ no Rio de Janeiro e se a sua realização está condicionada aos fatores diatópico, diastrático e fonético. Dentre as variáveis extralingüísticas analisadas, destaca-se a área de residência do informante. Seis áreas da cidade foram investigadas: Campo Grande, Jacarepaguá, Madureira, Zona Norte, Centro e Zona Sul.

Os resultados mostram que os cariocas preferem palatalizar o S implosivo: 85,4%. As demais realizações ficam entre 0,2 % e 8,6%. No que tange às áreas de residência, a Zona Sul e o bairro de Madureira têm comportamentos que nos chamam a atenção: a alveolar aparece com percentual expressivo: 28,8% e 9,3%. Tal resultado, já supunham as autoras, pode ser influência da fala de pessoas oriundas de outras regiões do país. Essa hipótese coaduna-se com a hipótese, defendida por Callou e Avelar (2002), de que a imigração portuguesa não pode ser a única responsável pelo falar carioca.

De fato, os aspectos sócio-históricos e demográficos da cidade do Rio de Janeiro nos impulsiona a essa dedução, já que, como vimos anteriormente, vieram para cá, além de portugueses, pessoas do interior do Estado e de Minas Gerais. Em relação a Madureira, bairro comercial, é plausível a suposição. No tocante à Zona Sul, não seria impecioso lembrarmos que para lá foram indivíduos alfabetizados da classe mais favorecida. A Zona Norte é outra região que apresentou oscilação na pronúncia do S implosivo: 6,2%: alveolar e 10,2%: alveolar+palatal ou palatal+alveolar. Trata-se de uma área

mais antiga e tradicional e, ao contrário de Madureira, é predominantemente residencial, sendo pouco penetrada por inovações (Callou e Marques, 1975), o que, provavelmente, explica o percentual de 6,2% da variante considerada padrão.

No Centro, onde, inicialmente, a Corte residiu e onde o contraste social era mais intenso, hoje apresenta um quadro quase uniforme em favor da palatal: 92,2%. Jacarepaguá e Campo Grande, ainda com características rurais, exibem os índices mais alto de palatal: 93,6% e 98,3%, respectivamente. O zero fonético, variante inovadora, com 4%, desponta na região em que a palatal predomina: Campo Grande. Parece que a preferência por essa variante nas áreas mais afastadas do Centro esteja ligada à mobilidade espacial mais tardia, o que também pode justificar a maior taxa da variante inovadora em Campo Grande. Seria ingenuidade imaginar que os menos favorecidos, impulsionados pela necessidade de moradia, transportaram a palatal do Centro para essas regiões? De qualquer forma é um vestígio do passado.

A realização da vibrante foi objeto de estudo da tese de Doutorado de Callou (1987). A autora parte da hipótese de que a norma de pronúncia do /R/ forte sofrera uma mudança, que resultou em seis variantes condicionadas por diferentes fatores. Tal como no trabalho desenvolvido com Marques, buscou-se verificar se a área de residência do falante poderia influenciar a pronúncia da vibrante na fala carioca. Para tanto a cidade foi dividida em três áreas: Zona Sul, Zona Norte e Zona Suburbana, divisão tradicional. Madureira e Jacarepaguá, investigados separadamente na pesquisa de 1977, passaram ao domínio da Zona Suburbana; o Centro, ao da Zona Sul.

Para a análise dos dados, postularam-se três regras: R1: posteriorização e fricatização, R2: posteriorização e R3: aspiração. Levou-se em conta o contexto em que as variantes figuram: início de palavra, intervocálica, final de sílaba e final de palavra. Esse último contexto é analisado em separado. Com relação à R1, no primeiro contexto, a Zona Suburbana lidera a mudança: 93.89% . Seguida da Zona Norte, com 88.46% e da Zona Sul: 76.92%. Quanto à posição intervocálica, os resultados assemelham-se a esses: de um lado, a Zona Suburbana apresenta-se mais inovadora: 94.57%; a Zona Norte fica na faixa intermediária: 84.68% e a Zona Sul mantém-se mais con-

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

servadora: 79.57%. Na posição final de sílaba, não há diferença entre Zona Sul e Zona Norte. A zona Suburbana chega ao patamar de 94.74%.

No tocante à R2, ao contrário de R1, na posição inicial, a Zona Norte é a que se apresenta mais conservadora: 33.33%, a Zona Sul passa para a faixa intermediária: 48.94% e a Zona suburbana continua liderando a mudança 84.62%. Essa mesma configuração é verificada em contexto final de sílaba. Quanto à R3, no início de palavra, os índices ficam abaixo de 10%, mas o que se verifica é uma certa aproximação entre as Zonas Norte:2.84% e Suburbana:1.16%. O curioso é que a aspiração é mais freqüente na Zona Sul:3.41%. Isso também é verificado em posição intervocálica: Zona Sul: 15.58%, Zona Norte: 12.95% e Zona Suburbana: 12.36%. Em posição final de sílaba, o quadro acima delineado inverte-se, já que a Zona Norte passa a liderar a mudança, com 27.77% , ultrapassando ao longe os 5.5% verificados na Zona Suburbana, até então inovadora.

Em posição final absoluta, a autora verificou a ausência de /R/, inexistente em outras posições. Trata-se de uma variante inovadora, que, curiosamente, alcança 67,84%, na Zona Sul; 67,35% , na Zona Norte e 66,04%, na Zona Suburbana. Segundo Callou, o fato de a Zona Suburbana exibir índice mais baixo de apagamento da vibrante deve-se, provavelmente, à tentativa de preservação de uma forma de prestígio sociocultural, o que seria justificável, já que se trata da área do Rio de Janeiro, onde se concentraram pessoas de classe menos favorecida.

Os resultados referentes à vibrante revelam um quadro quase simétrico: de um lado, as Zonas Sul e Norte, apresentando, predominantemente, um comportamento mais conservador; de outro, a Suburbana, liderando a mudança em direção às inovações na maioria dos contextos. A simetria desfaz-se na medida em que as variantes inovadoras penetram as áreas mais tradicionais da cidade e a Suburbana mantém-se mais conservadora em relação ao /R/ em final absoluto. Entretanto, se considerarmos o predomínio dos contextos, resgata-se a simetria e desenha-se um quadro em que a configuração linguística corresponde à configuração sócio-histórico-demográfica do Rio de Janeiro. Lembremo-nos de que a área suburbana corresponde à região de ocupação mais recente, antigas freguesias rurais,

DEPARTAMENTO DE LETRAS

para onde se deslocou a população de baixa renda, o que em parte, justifica a penetração de inovações. A Zona Norte e Sul correspondem às freguesias que receberam pessoas da classe mais favorecida, um dos indícios que justifica a realização das variantes conservadoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados referentes aos dois fenômenos lingüísticos apresentados são indícios de que “o linguajar carioca” é o resultado de uma dinâmica de contatos lingüísticos e contrastes sociais. Parece que aqui, de maneira muito especial, os axiomas da Sociolingüística confirmam-se e reafirma-se o caráter heterogêneo das línguas humanas, talvez porque o Rio seja abraçado pelo Cristo Redentor, Senhor de todas as línguas, mas, provavelmente, com sotaque carioca.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRO, L.F. (org). *História da vida privada no Brasil*. V. 2 São Paulo: Cia. das Letras, 1977.

CALLOU, D. e MARQUES, M. H. O –S implosivo na linguagem do Rio de Janeiro. **In:** *Littera*: revista para professor de português e de literaturas de língua portuguesa VOL. V: Rio de Janeiro: Grifo 9-137, 1975.

CALLOU, D. *Variação e distribuição da vibrante na fala urbana culta do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: PROED/UFRJ, 1987.

CALLOU, D. Da história social à história lingüística: o Rio de Janeiro no século XIX. **In:** ALKMIM, Tânia Maria (org.) *Para a história do português brasileiro*. VOL. III: Novos estudos Humanistas/FFLCH/USP 281-292, 2002.

CALLOU, D e AVELAR, J. Subsídios para uma história do falar carioca: mobilidade social no Rio de Janeiro do século XIX. **In:** *Para a história do português brasileiro*. VOL. IV. Notícias de corpora e outros estudos. Rio de Janeiro: UFRJ/LETRAS, FAPERJ: 95-112, 2002.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

CALLOU, D, BARBOSA, A. e LOPES, C. R. *A polarização socio-lingüística*, no prelo.

CASTILHO, A. Para um programa de pesquisas sobre a história social do português de São Paulo. **In:** MATTOS E SILVA, R. V. (org) *Para a história do português brasileiro*. Vol. II, tomo 2. São Paulo: USP/ Humanitas/FAPESP, 337-369, 2001.

COSTA, E. V. da. *Da Senzala à Colônia*. 3ª ed. São Paulo: Unesp, 1998.

FARIA, Sheila S. de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOS E SILVA. De fontes sócio-históricas para a história social lingüística do Brasil: em busca de indícios. **In:** MATTOS E SILVA, R. V. (org) *Para a história do português brasileiro*. Vol. II, tomo 2. São Paulo: USP/ Humanitas/FAPESP, 275-301, 2001.

SILVA NETO, S. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Presença, 1986.

VENÂNCIO, Renato P. Presença portuguesa: de colonizadores a imigrantes. **In:** *Brasil 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.